

*O Estado de São Paulo,
Segundo feira, 24 de maio de 2004*

Choque de culturas

PAPEL DO BRASIL NA CHINA É DE GRANDE PRODUTOR EFICIENTE DE
COMMODITIES

MARCELO DE PAIVA ABREU

É algo frenético o clima que cerca a visita do presidente Lula e de sua comitiva à China. Quase 500 empresários manifestaram interesse em integrar a caravana presidencial. A mobilização sem precedentes em princípio não está relacionada a negociações concretas muito importantes. Mais provavelmente haverá uma reiteração da prioridade para a política externa brasileira das relações com outras grandes economias em desenvolvimento, coroando visitas anteriores a Pretória e Nova Délhi. Quais os interesses empresariais e dos governos do Brasil e da China relacionados à missão? Distintos interesses certamente conformam diferentes visões quanto ao significado da aproximação entre as duas economias.

A história das relações da China misteriosa com o Ocidente tem a sua utilidade para se entender a atual obsessão chinesa e suas implicações. Alain Peyrefitte, intelectual de peso da Quinta República francesa, analisou a visita de uma missão britânica à China em 1792, fim de outro século de "mania chinesa". Além de *O império imóvel* (Casa Jorge, 1997), obra que sumaria as peripécias da missão chefiada por lorde Macartney, Peyrefitte, em uma tríade intitulada *Un choc de cultures Um choque de culturas*, faz uso dos documentos contemporâneos chineses, britânicos e dos missionários ocidentais residentes na China para registrar três visões da missão, todas seriamente distorcidas. É a consagração do "assim é se lhe parece" pirandelliano. Os chineses consideravam a comitiva britânica um bando de bárbaros "crus", ou seja, que não participavam dos benefícios da civilização chinesa, e trataram a embaixada como a de um reino que devia vassalagem ao imperador chinês. Recusaram-se a permitir a presença de representante britânico permanente em Pequim. Os ingleses, conscientes de seu poderio comercial, pretendiam abrir o mercado chinês e estabelecer sua soberania sobre entreposto semelhante a Macau. Recusaram-se a fazer o kowtow, requerido de embaixador que prestasse vassalagem pelo protocolo imperial, e voltaram para casa convencidos de que, se a China continuasse fechada, deveria ter as suas portas arrombadas. Os missionários, antibritânicos, mostravam paralisia, dilacerados a lealdade a Roma e ao ocidente católico, de um lado, e ao imperador do qual eram súditos, de outro.

As percepções de hoje são menos divergentes do que as de outrora, embora o choque de culturas esteja bem presente. A atual mania pela China no Brasil está ancorada em esperanças quanto às oportunidades de negócios em um mercado em expansão acelerada. Segundo estimativas, que alguns julgam exageradas, o PIB per capita chinês (corrigido por paridade do poder de compra) cresceu perto de 9% ao

ano desde 1980. De qualquer modo, o contraste com o 0,4% ao ano do Brasil é doloroso. Não é surpreendente que o apetite brasileiro por bons negócios esteja sendo estimulado. As exportações brasileiras para a China mais do que dobraram a sua participação no mercado chinês desde 2000, embora esta esteja ainda por volta de 1,1%. Cerca de 75% das exportações brasileiras em 2003 foram de produtos primários e semimanufaturas - soja em grão, óleo de soja, minério de ferro, pasta química de madeira -, além de produtos siderúrgicos. Consolidado o atual ciclo de expansão de capacidade, a China se transformará em exportadora de produtos siderúrgicos. Embora sejam louváveis os esforços de diversificação da pauta de exportações é difícil imaginar que, projetos emblemáticos à parte, o Brasil tenha particular sucesso como exportador de produtos manufaturados para a China ou como produtor de manufaturas na própria China. Ao contrário, a evidência indica que as exportações de manufaturados brasileiros vêm sofrendo significativamente com a concorrência de similares chineses desde 1990.

Ao Brasil, na visão chinesa, estaria reservado o nicho de grande supridor de matérias-primas cuja demanda na China deverá crescer a taxas muito elevadas por mais 15 ou 20 anos. As iniciativas mais promissoras no estreitamento das relações econômicas bilaterais, inclui comércio e investimentos diretos na produção de alimentos, em usos alternativos de biomassa, na indústria siderúrgica e na mineração, além dos projetos relacionados à logística de exportação. É irônico que o mesmo governo brasileiro, que mostra grande propensão a reincidir no uso de bolorentas políticas de estímulo à produção industrial, alicerce a sua política externa em relação privilegiada que consagra o País como produtor eficiente de commodities.

Sempre existirão os que verão na China um exemplo a copiar, talvez baseados na crença em alguma transmissão por osmose de modelos de desenvolvimento que, baseados na escolha de vencedores, tiveram sucesso. Dificilmente viagens de instrução, mesmo sérias, serão capazes de sanar as gritantes deficiências do processo decisório do atual governo. Desde regras para atrair investimentos privados para a provisão de serviços públicos até a proposta de ampliação do acesso dos pobres à universidade o que se vê é um amontoado de equívocos sustentando políticas cujas conseqüências serão extremamente onerosas a longo prazo. Aprofundar as relações com Pequim é meritório. Mas é importante que a China possa levar o Brasil a sério. Para isso é essencial que o governo cumpra a sua função primordial: governar com competência. Deixar o Brasil à mercê do ativismo setorial inconseqüente, em meio às diatribes de José Alencar e sua trupe e a improvisos desastrosos de um José Dirceu em busca do tempo perdido, é ruim para o País e um haraquiri político do PT

Marcelo de Paiva Abreu, doutor pela Universidade de Cambridge é professor titular do Departamento de Economia da PUC-Rio em licença sabática